

Uma Renascença? Protagonismos Na União Africana

Caio Leite Rabelo¹, Natália Cordeiro Guimarães²

Resumo

Procuramos identificar possíveis lideranças regionais ou continentais no processo de integração vivenciado pelo continente africano desde o começo do século XXI. Nesse esforço, focamos em três aspectos de protagonismo: participação em missões de paz, participação no orçamento da União Africana e tentativas de integrar economicamente o continente. Como esperado, os maiores países desempenham um papel maior no processo da União Africana, porém o principal fator da busca pela integração parece ser a estabilidade interna dos atores.

Palavras-chave

Protagonismo; União Africana; Integração; Segurança.

Abstract

We seek to identify possible regional or continental leaderships on the integration process that has occurred in Africa since the beginning of the twentieth first century. In this effort, we focus on three key aspects of leadership: partaking in peacekeeping missions, assessment of the African Union budget and attempts to integrate economically the continent. As we expected, larger countries have played a larger role in the AU's process, but the main factor behind the pursuit of integration seems to be the nation's domestic stability.

Key words

Leadership; African Union; Integration; Security.

¹ Graduando em Ciência Política/Relações Internacionais pela UFPE.

² Graduanda em Ciência Política/Relações Internacionais pela UFPE.

Introdução

Com o fim da Guerra Fria, diversas transformações no cenário mundial ocorreram e a busca por novas estratégias de inserção internacional têm gerado mudanças no padrão de atuação internacional dos Estados. Neste cenário, viveu-se a proliferação de vários blocos econômicos ampliando a dimensão do papel desempenhado pela integração regional diante da necessidade de formular com rapidez estratégias alternativas para inserção econômica, política e social. De forma particular, a integração regional representa para o continente africano – profundamente marcado por desigualdades e pela marginalização no processo de globalização – uma alternativa viável para superação dos desafios do desenvolvimento internacional, na medida em que aponta novos caminhos nos quais a cooperação pode gerar uma série de benefícios mútuos, como no caso das demandas políticas e sociais comuns para institucionalização de mecanismos favoráveis à integração continental. No entanto, segundo Haffner & Viana (2013), embora a integração tenha o potencial de auxiliar no processo emancipatório de diversos Estados com condições semelhantes, ela não deve ser enxergada como capaz de dar conta de todas as problemáticas concernentes a eles por si só.

Com a Declaração de Sirte, em setembro de 1999, a Organização da Unidade Africana (OUA) elencou como imprescindível para evolução institucional do continente a criação da União Africana. Seus objetivos eram acelerar o processo de integração regional, promover a unidade do continente, dirimir e eliminar os conflitos, estimular a união, solidariedade e coesão e habilitar a África a enfrentar os desenvolvimentos políticos, econômicos e sociais que se estabelecem internacionalmente³.

De acordo com Ribeiro (2007a), para se analisar o histórico da UA é fundamental compreender também dois outros marcos do desenvolvimento institucional africano. O primeiro deles é a Conferência de Bandung, que se organizou em torno da problemática da descolonização em 1955 e contou com a participação de 29 Estados e 36 convidados. Na Conferência, ficou explícito o interesse dos seus participantes em se colocar de forma propositiva diante dos blocos já existentes, além do apoio aos territórios afro-asiáticos em seus processos de descolonização. Os Estados participantes colocaram-se ainda contra quaisquer formas de discriminação racial e fizeram a defesa da resolução pacífica dos conflitos. De acordo com Pinheiro (1988 citado em RIBEIRO,

³ Página Oficial do Itamaraty. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/uniao-africana>>. Acesso em: 21 de nov. de 2014.

2007a), outro papel fundamental desempenhado pelo encontro foi o lançamento das bases de um “movimento neutralista” cuja finalidade era oferecer outra possibilidade de inserção na comunidade internacional – do ponto de vista político-ideológico – marcada à época pela bipolarização.

Outro passo fundamental na atuação desses países foi a criação da Organização da Unidade Africana (OUA), que representou uma possibilidade de desenvolvimento econômico, de promoção da modernização e de garantia de liberdade política. A questão étnica, desde a sua fundação, foi uma das suas principais dificuldades. Nesse sentido, duas correntes internas à organização posicionaram-se claramente. De um lado o “Grupo de Monrovia”, formado pelos presidentes da Costa do Marfim e do Senegal, tratava essa questão buscando assegurar a unidade estatal dentro das fronteiras coloniais e procurando garantir que fossem formadas nações fora dos distintos grupos religiosos, linguísticos e culturais. Do outro lado, havia o Grupo Casablanca, cuja principal liderança era o representante de Gana, o qual defendia que a OUA podia favorecer uma integração africana gerida por um único governo. O grupo alegava que a conquista da independência pelos Estados africanos vinha se realizando de forma a reafirmar o neocolonialismo, através de uma dominação que ia além da exploração da economia e riquezas africanas, atingindo a própria estrutura de poder político de seus Estados e territórios, na medida em que eram dirigidos por forças estrangeiras. Este grupo, portanto, defendia um pan-africanismo capaz de consolidar as independências conquistadas e combater as formas de neocolonialismo remanescentes. No entanto, os propósitos defendidos pelo Grupo Casablanca foram marginalizados nos debates da OUA, nunca chegando a ganhar força e consistência (RIBEIRO, 2007a).

Nesse sentido, uma série de fatores fez com que a OUA não tivesse um desenvolvimento satisfatório, estando no cerne dessa problemática a questão da soberania dos Estados (FARMER, 2012); a adoção do princípio de integridade territorial fez com que os Estados surgidos a partir da descolonização comumente herdassem os limites territoriais do período colonial, resultando em crises de legitimidade e, conseqüentemente, estabilidade, não pondo fim à maioria dos conflitos existentes no continente. É neste contexto surge a União Africana (UA), tendo sido fundamentalmente arquitetada por Muammar Qadhafi, a partir de 1999. O Tratado da UA foi adotado pela maioria dos membros da OUA em 2000 e ratificado em 2001, por seus Estados membros – dentre os quais a África do Sul, Costa do Marfim, Senegal, Namíbia, Moçambique e Zimbábue. De acordo com Haffner & Viana (2013), o

surgimento da UA, cujo lançamento oficial ocorreu em 2002 substituindo a OUA, é uma ruptura importante nas relações externas dos países do continente, pois traduz a esperança das elites locais de modificar as estruturas existentes a partir da ideologia do pan-africanismo. A UA é constituída por todos os estados africanos, exceto Marrocos, e pela República Árabe Saarauí Democrática – não reconhecida como Estado pela ONU – totalizando 53 membros.

Definindo *protagonismo*

A partir de 1999, com a criação da União Africana, podemos ressaltar o protagonismo de três atores - os chefes de estado da Líbia, África do Sul e Nigéria: Muammar Qadhafi, Thabo Mbeki e Olesegun Obasanja. Tiekou (2012) argumenta que a criação da UA após a Convenção de Sirte se deu pela concertação dos interesses desses três líderes. Num primeiro momento, Mbeki, se apoiou nas ideias de integração propostas por seu antecessor Nelson Mandela. Este utilizou-se de seu capital político para promoção de um projeto liberal de integração africana, após adotar medidas neoliberais domesticamente. Contudo, o neoliberalismo se provou impopular junto aos líderes de outras nações, e Mbeki teve de criar uma nova ideologia doméstica e internacionalmente, para tentar a integração das nações da África e sutilmente introduzir políticas de integração liberais. Para isso, o líder sul-africano reutilizou a ideia de “Renascença Africana”, inspirada nos ideais pan-africanos da década de 1960.

Já Obasanja, preocupado com a impopularidade das intervenções da Nigéria em países vizinhos, almejava ampliar a atuação da Organização da União Africana (OAU, em inglês) no que diz respeito às questões de pacificação e segurança na região. Sendo a Nigéria um “*hegemon*” da África Ocidental, Tiekou (2012) sugere que a Nigéria não estava buscando uma integração baseada apenas no internacionalismo, mas principalmente nas benesses que traria para desafogar as forças armadas nigerianas, envolvidas em missões de paz nos países vizinhos. Finalmente, o autor argumenta que foi uma falha da política externa Líbia que permitiu a criação da União Africana, pois o país (e seu ditador) desejava quebrar o isolamento internacional ao qual havia sido submetido. Todavia, nas negociações de Sirte os interesses da Líbia foram gradualmente mitigados, conclui Tiekou (2012), prevalecendo as ambições de Obasanja e Mbeki.

A criação da UA representou um marco importante na história do continente na medida em que representou uma nova – e ousada – possibilidade de integração regional diante do pouco êxito obtido pela instituição anterior, a OUA. No entanto, é preciso

verificar em que medida a União Africana representa uma nova forma de pensar as relações estatais no continente e de situar a África no contexto global. Para isso, o presente artigo busca analisar quais têm sido os países protagonistas nos processos decisórios referentes à instituição. Entende-se por protagonismo a habilidade administrativa, institucional e econômica que os determinados Estados-membros têm para deliberar e executar ações que sejam de interesse regional. Neste sentido, verificar-se-á se as decisões tomadas estão de fato em consonância com os propósitos originais da UA e com o pan-africanismo por ela defendido, ou se privilegiam apenas os interesses dos Estados com maior capacidade de influência.

Mensurando protagonismo – Um histórico da União Africana

A partir dessa definição, surge a problemática de mensurar o protagonismo. Seria o conceito quantificável, por exemplo, ao apresentar estatísticas da contribuição de cada país para o orçamento da União? Seria baseado na quantidade de intervenções, mediações e programas propostos por determinado país? Ou deve ele se basear em uma análise qualitativa que observe a narrativa histórica de vários autores para que se emita uma opinião “ponderada” por essas visões da UA? Acreditamos que todas essas formas de mensuração são válidas e, portanto, tentaremos apresentar dados, informações e opiniões de autores que sejam balizadas por elas.

Protagonismo orçamentário

Podemos afirmar que, no que concerne o orçamento da UA, é mantido o intuitivo protagonismo das maiores economias da região – Argélia, Egito, Nigéria, Líbia e África do Sul. No entanto, faz-se necessário observar uma crescente participação de doadores como Angola, Botswana, Camarões, Costa do Marfim, Etiópia, Gana, Tanzânia, Tunísia, Uganda e Quênia. A [Tabela 1], retirada do relatório anual da UA para 2014, ilustrará as contribuições financeiras de cada país. Ademais, é necessário salientar que apenas 40% do financiamento da UA vem dos países membros. O resto é dividido pelos Estados Unidos, União Europeia e China, que vem aumentando sua presença geopolítica na África.

Como a parte das contribuições financeiras não é suficiente para demonstrar o compromisso de um país com a UA, é necessário que se faça um histórico das ações do órgão e que se observe se algum país tem de maneira permanente buscado ser um *policy entrepreneur* durante os 13 anos de sua existência.

Protagonismo na promoção de paz e segurança

Uma das grandes questões não resolvidas no continente continua a ser a promoção de paz e segurança para seus habitantes. A OUA, como já dito, tinha um entendimento de soberania que facilitava a ação dos Estados em um *framework* realista⁴. A falta de ação assertiva na promoção da segurança no continente é vista por alguns autores como fator contribuinte para diversas calamidades como na Nigéria, Sudão e Uganda (PATERSON 2012). No vácuo de poder deixado por um ente supranacional, restou a alguns Estados “hegemônicos” (em suas microrregiões, pelo menos) a iniciativa de promover missões de paz – como fez a Nigéria entre 1990 e 2003, nos conflitos de Serra Leoa e na Libéria (PATERSON 2012).

Esses Estados “hegemônicos” se utilizam de uma estratégia interessante para a consecução de seus objetivos de segurança microrregionais. Operando dentro das regras da UA, em primeiro lugar, estabelecem missões de paz próprias ou baseadas em coalizões das suas comunidades econômicas regionais (ECOWAS para a Nigéria e SADC para a África do Sul), para depois pedirem o apoio financeiro e logístico da ONU (ZUMA 2014).

Não obstante, ainda há espaço para a liderança de países menores nas questões tangentes à segurança. Isso é evidenciado pelas diversas contribuições em termos de tropas para missões de paz, que vamos abordar aqui. A primeira e talvez mais famosa missão de paz assumida pela UA foi a de conter a crise humanitária que se passava no Sudão, na região de Darfur. O conflito entre o governo sudanês e grupos rebeldes foi reportado por observadores internacionais, e em 2004 foi enviada a primeira força tarefa com a missão de proteger a população civil. Consistindo de apenas 150 homens, não demorou para que fosse necessário um aumento no efetivo. Embora seja uma missão que conte com a adesão e apoio da ONU, a UNAMID (African Union – United Nations Hybrid Operation in Darfur) é composta primariamente com soldados da UA. Será apresentada toda a composição na [Tabela 2], porém vale frisar que os maiores contribuintes são Ruanda, Nigéria, Etiópia, Egito e Tanzânia.

Outra missão em que foram empregados soldados de países “não hegemônicos”

⁴ O realismo é uma concepção das RI que considera o Estado como ator principal das relações internacionais e tem por princípio a anarquia internacional, que é a inexistência de uma autoridade suprema acima dos Estados. Neste sentido, cada Estado seria responsável por sua própria sobrevivência no cenário internacional, por isso a questão do poder é um elemento central para esta perspectiva. Assim, se conformaria um ambiente altamente competitivo internacionalmente, onde haveria desconfiança por parte dos Estados na busca por sua sobrevivência. Considera ainda a segurança como um bem de soma zero, na medida em que um Estado só estaria seguro quando os outros também estivessem (SANTOS, 2012).

foi a que houve na ilha de Anjouan, em 2008. Parte das ilhas Comores, foi invadida por tropas mistas depois que o seu governante, Mohamed Bacar, se recusou a sair do poder mesmo tendo sido derrotado nas urnas. Apesar da resistência de Thabo Mbeki (então presidente sul-africano), que queria esperar devido ao compromisso supostamente assumido por Bacar de realizar novas eleições, a UA decidiu invadir e conseguiu expulsar o governante da ilha, fazendo com que se exilasse nas Ilhas Reunião. A invasão contou com o apoio logístico da Líbia e da França, algo que evidencia o conflito de interesses entre Thabo Mbeki e Muammar Qadhafi. Os países que mais contribuíram com tropas foram (surpreendentemente) o Sudão, a Tanzânia e o Senegal⁵.

Outra situação grave que demandou a atuação da União Africana foi o caso da Somália, país marcado desde os anos 90 por fracassadas intervenções estrangeiras, inclusive dos Estados Unidos. Trata-se de um conflito entre uma insurgência jihadista e um governo que tenta se estabelecer, lidando com uma miríade de questões difíceis (como a pirataria na sua costa). Para auxiliar os esforços do governo Somali, foi criada a missão à Somália, aprovada em 2007 pelo Conselho de Paz e Segurança da UA. A maior parte das tropas é constituída de soldados de Uganda, Burundi, Etiópia e Quênia, como ilustrado pela [Tabela 3].

Protagonismo econômico

Na seara das relações econômicas entre os estados Africanos, nota-se uma miríade de dificuldades para torná-las mais integradas, como foi o caso da Europa. Na primeira fase da integração, principalmente sob a liderança de Obasanja e Mbeki (portanto, protagonismo da Nigéria e África do Sul), foi sentida a extrema dificuldade do estabelecimento de trocas comerciais nas quais os produtos eram basicamente os mesmos: commodities. A Nigéria, no entanto, é apontada por muitos como um dos principais atores no estabelecimento da comunidade econômica ECOWAS, que teve sucesso na sua microrregião (PATERSON 2012).

Contudo, o movimento para a regionalização das transações econômicas é contrário àquele pretendido pela União Africana. Apesar de reconhecer e trabalhar com esses processos regionais, o órgão esperava em 1993 estabelecer estágios de integração econômica similares aos ocorridos no processo europeu. Possuindo a África oito principais zonas de integração econômica, o processo de unificação parece árduo e indesejável. Uma iniciativa maior foi ensaiada pela África do Sul de Thabo Mbeki em

⁵ IRIN Africa. Disponível em: <http://www.irinnews.org/report/77290/comoros-military-action-irreversible>. Acesso em: 21 de nov. de 2014.

2001, quando se estruturou o NEPAD (New Partnership for Africa's Development), porém o progresso dessa estratégia se mostrou, nas palavras de um autor, “letárgico” – apenas 10% do comércio dos países africanos é de trocas internas (PATERSON 2012).

Considerações Finais

Observadas as inúmeras clivagens regionais, étnicas, sociais e ideológicas que possuem os líderes e países africanos, é impressionante que se tenha conseguido estabelecer um processo de integração regional relativamente autônomo e democrático em um continente marcado pela debilidade institucional, corrupção e autoritarismo.

Igualmente impressionante é o fato das chagas supracitadas colocarem uma grande dificuldade para a pretensão de classificar aquele ou este país como protagonistas na UA. É possível pensar o pan-africanismo e a “renascença africana” como motores da integração no continente, porém a visão mais coerente, nos parece, é a que observa os países do continente agindo em prol dos seus próprios interesses. Todavia, essa visão não nos encaminha para uma percepção Realista da situação africana – acredita-se que as decisões que levam a uma maior integração decorram muito mais de escolhas racionais dos líderes do que interesses nacionais egoístas. Para o caso da África, parece que os interesses nacionais são consoantes com uma maior interdependência.

Apesar disso, é válido notar que as constantes ebulições que existem no interior dos estados africanos fazem com que a definição de protagonismo fique defasada. Por isso, vamos apontar vários países que podem ser enquadrados nesse conceito, através das leituras realizadas e dos dados obtidos. A Líbia de Qadhafi, por exemplo, foi uma das grandes arquitetas da UA, contribuindo bastante no seu orçamento desde a criação e em ações como a invasão de Anjouan. A partir de 2011, porém, com a Primavera Árabe e a derrocada do ditador que havia idealizado a transição, não se sabe ao certo qual o papel que o país vai tomar. O orçamento de 2014 fornece a intuição de que a Líbia permanecerá interessada no processo da UA, sendo um de seus maiores contribuintes.

A África do Sul, pelo seu histórico estável, tamanho da economia e pela influência microrregional que possui, assume um papel de protagonismo inato. No entanto, não pudemos verificar, além da iniciativa do NEPAD e das primeiras investidas (principalmente com Thabo Mbeki) para criar uma ideologia *cross-cutting* de pan-africanismo, a participação sul-africana se restringiu a um envio modesto de tropas à Darfur, e países muito menores como Tanzânia, Quênia e Uganda têm se destacado nas

questões de paz e segurança, que poderiam caber também à nação sul-africana.

Finalmente, faz-se necessário falar do último “gigante” da África que foi instrumental para a transição da OUA para a UA – A Nigéria. Este país já vinha procurando exercer um papel importante para com os seus vizinhos mesmo antes da UA, e após sua criação as ações nigerianas se mantiveram constantes, com o fortalecimento da cooperação microrregional na figura da ECOWAS e com o envio de tropas a Darfur. Outros países têm exercido protagonismos à sua maneira, mas os que nos parecem mais comprometidos com o *framework* legal da UA e com sua consolidação são os supracitados, a saber: África do Sul, Líbia, Nigéria, Quênia, Tanzânia e Uganda.

Esses três últimos (Quênia, Tanzânia e Uganda) têm estabelecido, como já dito, toda uma agenda em questões de segurança. Cremos que seu sucesso em estabelecer um protagonismo vem muito em virtude da sua estabilidade interna, fazendo com que esses países não queiram lidar, como fazia a Nigéria à época da transição da OUA para a UA, com conflitos étnicos ou políticos na sua fronteira – principalmente enfrentando-os sozinhos. Então sua estratégia é a de concatenar a legitimidade da UA para conseguir apoio da ONU e estabilizar regiões vizinhas.

Referências Bibliográficas

FARMER, L. J. Sovereignty and the African Union. **The Journal of Pan African Studies**, vol.4, n.10, pp. 93-105. 2012.

HAFFNER, J. A. & VIANA, G. E. S. União Africana: desafios e oportunidades da integração. **Revista Conjuntura Austral**, vol. 4, n. 20, pp. 69-94. 2013.

MALOKA, E. **A United States of Africa**. African Institute of South Africa: Pretoria, 2001.

PATERSON, M. **African Union at ten: Problems, progress and prospects**. Friedrich Ebert Stiftung, 2012.

RIBEIRO, C. O. União Africana: possibilidades e desafios. In: **Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional**. Ministério das Relações Exteriores, pp. 33-72. 2007.

_____. União Africana: apontamentos sobre segurança e integração. **Boletim Meridiano** 47, v. 8, n. 79, pp. 5-7. 2007.

TIEKU, Thomas Kwasi. Explaining the clash and accommodation of interests of major actors in the creation of the African Union. **African Affairs**, 103, pp. 249-267. 2004.

ZUMA, Nkosazana Dlamini (org.). **African Union Handbook**. African Union Commission and New Zealand Ministry of Foreign Affairs and Trade, 2014.

SANTOS, Andressa de Melo. O realismo na teoria das Relações Internacionais. Faculdade Damas – Caderno de Relações Internacionais, v.3, n.5, pp. 84-92. 2012.

Anexos









TABELA 1 – PARTICIPAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS ESTADOS

AU Member States	Scale of Assessment	Assessment for 2014 (US\$)
Algeria	12.898	16,258,044.82
Angola	4.999	6,301,284.39
Benin	0.394	496,640.54
Botswana	0.937	1,181,096.91
Burkina Faso	0.473	596,220.75
Burundi	0.069	86,975.12
Cameroon	1.510	1,903,368.56
Cape Verde	0.110	138,655.99
Central African Republic	0.106	133,613.95
Chad	0.251	316,387.75
Comoros	0.031	39,075.78
Congo	0.627	790,339.13
Côte d'Ivoire	1.490	1,878,158.38
DR Congo	0.554	698,321.97
Djibouti	0.074	93,277.66
Egypt	12.898	16,258,044.82
Equatorial Guinea	0.898	1,131,937.06
Eritrea	0.100	126,050.90
Ethiopia	1.442	1,817,653.95
Gabon	0.949	1,196,223.02
Gambia	0.050	63,025.45
Ghana	1.885	2,376,059.43
Guinea	0.196	247,059.76
Guinea Bissau	0.047	59,243.92
Kenya	1.849	2,330,681.10
Lesotho	0.155	195,378.89
Liberia	0.024	30,252.22
Libya	12.898	16,258,044.82
Madagascar	0.485	611,346.86
Malawi	0.248	312,606.23

AU Member States	Scale of Assessment	Assessment for 2014 (US\$)
Mali	0.512	645,380.60
Mauritania	0.225	283,614.52
Mauritius	0.695	876,053.74
Mozambique	0.500	630,254.49
Namibia	0.729	918,911.05
Niger	0.290	365,547.60
Nigeria	12.898	16,258,044.82
Rwanda	0.289	364,287.10
Sahrawi Republic	0.035	44,117.81
São Tomé and Príncipe	0.013	16,386.62
Senegal	0.794	1,000,844.13
Seychelles	0.057	71,849.01
Sierra Leone	0.110	138,655.99
Somalia	0.094	118,487.84
South Africa	12.898	16,258,044.82
South Sudan	0.599	755,044.88
Sudan	2.000	2,521,017.96
Swaziland	0.246	310,085.21
Togo	0.174	219,328.56
Tunisia	3.008	3,791,611.01
Uganda	0.918	1,157,147.24
UR of Tanzania	1.233	1,554,207.57
Zambia	0.812	1,023,533.29
Zimbabwe	0.308	388,236.77
Sub-total	98.084	123,635,762.79
Gap	1.916	2,415,135.21
Total	100.000	126,050,898.00









Fonte: ZUMA, Nkosazana Dlamini (org.). **African Union Handbook**. African Union Commission and New Zealand Ministry of Foreign Affairs and Trade, 2014. Disponível em: <http://www.au.int/en/sites/default/files/MFA%20AU%20Handbook%20-%20Text%20v10b%20interactive.pdf>. Acesso em 21 de novembro de 2014.

TABELA 2 – COMPOSIÇÃO DAS TROPAS – UNAMID

Country	Police	Experts	Troops
 Rwanda	212	11	3,239
 Nigeria	372	14	2,573
 Ethiopia	26	16	2,549
 Egypt	245	24	1,062
 Tanzania	208	21	894
 South Africa		16	809
 Burkina Faso	184	12	808
 Senegal	300	19	795

FONTE: Página oficial da Organização das Nações Unidas. Disponível em: http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2013/jun13_5.pdf. Acesso em: 21 de nov. de 2014.

TABELA 3 – COMPOSIÇÃO DAS TROPAS – SOMÁLIA

Country	Armed personnel (current)	
	Troops	Police
 Uganda People's Defence Force	6,223	201 ^[82]
 Burundi National Defence Force	5,432 ^[86]	
 Ethiopian National Defense Force	4,395 ^[90]	
 Kenya Defence Forces	3,664 ^[92]	48 ^[93]
 Djibouti Armed Forces	960 ^[96]	
 Republic of Sierra Leone Armed Forces	850	47 ^[100]
 Nigeria Police Force		200 ^[101]
 Ghana Police Service		56 ^[102]
Total	21,500+	550+

FONTE: Página oficial da Missão da União Africana na Somália. Disponível em: <http://amisom-au.org/>. Acesso em: 21 de nov. de 2014.